

A VALORIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE ESTUDANTES COM NEE'S: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE ESTRATÉGIAS E ADAPTAÇÕES PARA UM ENSINO INCLUSIVO.

Emanuelle Correia da Silva¹
Thâmara Santos Gomes Almeida²

RESUMO

Este artigo surge a partir de inquietações, curiosidades e desafios vivenciados no estágio não obrigatório realizado na Secretaria Municipal da Educação de Maceió (Semed), onde vivenciamos a experiência como Profissional de Apoio Escolar (PAE) em uma escola municipal do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, auxiliando uma criança do 3º ano com diagnóstico de deficiência intelectual e outros transtornos não especificados do desenvolvimento, com o objetivo de oferecer adaptações junto aos demais atores da equipe pedagógica para inseri-la através de práticas inclusivas no contexto da sala de aula regular. O objetivo desta pesquisa é analisar e compreender a dimensão subjetiva dos sujeitos com Necessidades Especiais e suas correlações com um currículo adaptado para atender tais especificidades. Como percurso metodológico, foi realizado um levantamento de dados com base no que diz a literatura a respeito do tema. Como resultados desse estudo, esperamos contribuir com reflexões e propor novos olhares para os profissionais da educação, despertando para o apontamento de necessidade de estratégias de ensino que correspondam às necessidades educativas desses estudantes, bem como buscamos promover com essas reflexões sobre a importância de ampliação dos debates

1 Mestranda em Educação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, emmanuel.silva@cedu.ufal.br.

2 Mestranda em Educação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, thamara.stos.gomes@hotmail.com.

de políticas públicas para além de uma abordagem conceitual da inclusão escolar, superando um modelo capacitista da deficiência.

Palavras-chave: Inclusão, Subjetividade, Sujeitos, Deficiência. Necessidades especiais. Adaptações

INTRODUÇÃO

Conforme explicita a Constituição Federal de 1988 no artigo 205, “a Educação é um direito de todos...” e um dos princípios básicos da educação diz respeito à promoção e ao desenvolvimento do indivíduo em suas amplas dimensões e aspectos. O ser humano é dotado de singularidades que se manifestam como consequência das influências e do contexto social, econômico, cultural, aspectos biológicos, entre outros. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI-2008), a ideia de inclusão tem seu valor voltado para agregar em práticas que valorizem as diversidades e o acolhimento aos indivíduos, independente das diferenças.

Historicamente, em períodos mais remotos e anteriores até a Idade média, as pessoas que apresentavam alguma deficiência física, motora ou cognitiva, eram excluídas e até mesmo recebiam castigos e punições pela condição que possuía, uma vez que, nas sociedades mais antigas o homem tinha seu potencial reconhecido através da força e condição física para agregar como instrumento de trabalho.

Após séculos de exclusão, segregação e escassez de práticas inclusivas e políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência. A partir do Humanismo³, com as mudanças e valorização à concepção humana, os indivíduos passaram a ser reconhecidos em seus aspectos e subjetividade, com isso, iniciou um processo de modificação e (re) construção nas formas de tratar as pessoas deficientes.

Segundo a teoria Histórico-cultural na perspectiva de Vygotsky, o ser humano se desenvolve através das interações eu-outro e, é através das interações e meio social que o indivíduo se constitui e amplia suas relações. A exclusão é um processo incompatível com as interações sociais e relações interpessoais, nesse contexto, o indivíduo que é excluído por uma condição física, cognitiva, biológica ou outra qualquer, tem sua capacidade de se relacionar limitada ou anulada.

Conforme Vygotsky (2003 apud DOS SANTOS PESSOA, 2015), a aprendizagem decorre da experiência social que se aperfeiçoa através da linguagem

3 Humanismo – período compreendido entre os séculos XIV e XV que designa uma filosofia que ressignifica a dimensão do ser humano e o coloca como centro do mundo dentro de uma perspectiva racional e moral no campo da ciência e do conhecimento.

e da ação, ou seja, o ser humano é um ser social que, ao mesmo tempo que modifica o meio que está inserido, por ele também tem as suas capacidades transformadas, sendo a linguagem um aspecto base para essas influências e para a construção de um ser social. Ainda de acordo com Vygotsky (2003, p.63 apud DOS SANTOS PESSOA, 2015) “o comportamento do homem é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento”, esse pensamento defendido por ele, promove uma rica contribuição e reflexão ao que se refere à Educação em linhas gerais e, mais precisamente a Educação Especial e Inclusiva.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), a Educação Especial e Inclusiva é uma modalidade escolar que visa atender e prestar serviços educacionais a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, oferecendo adaptações e suporte necessário ao currículo, didática e a organização dos espaços físicos. Compreende-se, que dentro da organização e disposições que regulamentam a estruturação da Educação Especial e Inclusiva no Brasil, para transpor as barreiras da exclusão e alcançar plenamente a inclusão a qual idealizamos é imprescindível a valorização as capacidades subjetivas dos sujeitos. Conforme explica Azevedo (2007, p.19 apud DOS SANTOS PESSOA, 2015): “... A construção deste mundo se faz por meio da interação com o outro pela linguagem, a qual é considerada como característica fundamental do homem, visto como ser social”. (Azevedo, 2007, p. 19)

É nessa perspectiva, dentro das contribuições e análises da teoria Histórico-cultural fundamentada analisando-a pelo viés das dimensões subjetivas, que este estudo buscou analisar e compreender sobre a importância e atribuição dada às dimensões subjetivas dos indivíduos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE's) na construção de estratégias e adaptações para um ensino inclusivo.

Assim, é importante compreender os desdobramentos que essa questão possui, pois a discussão em torno da Educação Especial e Inclusiva, envolve repensar no modelo estrutural da educação, currículo e didática tornando necessário flexibilizá-los para promover práticas de ensino que atendam as especificidades e demandas dos sujeitos público-alvo da educação especial em seus múltiplos aspectos. Conforme explica Machado, Almeida e Saraiva, 2009:

Ao falar da inclusão, falamos de um conflito histórico e pertencente a certo funcionamento social, determinado pela exclusão social;

o sistema em que vivemos é excludente em sua raiz. Dessa forma, falar em inclusão é perceber as práticas exclusivas constitutivas de nossa sociedade, uma sociedade de desiguais. (MACHADO, ALMEIDA, SARAIVA, 2009, p. 21)

Como objetivo geral, este estudo propõe compreender e analisar qual a importância e atribuição é dada às dimensões subjetivas dos indivíduos com deficiências ou transtornos do desenvolvimento na construção de estratégias e adaptações para efetivar práticas de um ensino inclusivo. Como objetivos específicos propôs-se: 1. Mapear e analisar artigos e trabalhos acadêmicos dos últimos anos, com estudos que se relacionem e se aproximem da temática da presente pesquisa; 2. Identificar quais estratégias e adaptações no planejamento, currículo e didática são adotadas de acordo com esses estudos analisados para atender às necessidades e subjetividades de estudantes com deficiências ou transtornos do desenvolvimento; 3. Identificar os principais desafios para um ensino inclusivo, que contemple a dimensão subjetiva dos sujeitos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica em Educação. A pesquisa qualitativa pode ser compreendida segundo a perspectiva de Godoy (1995) que a define como:

um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (GODOY, 1995, p.21)

A pesquisa qualitativa em educação, segundo Gatti e André (2010, p.29 e 30) caracteriza-se por buscar analisar e compreender os fenômenos, problemas e desafios educacionais por uma perspectiva apoiada nos fundamentos socioantropológicos, ou seja, segundo os autores os problemas da escola e da sala de aula só podem ser entendidos quando estão inseridos dentro do contexto social, sem desconsiderar a realidade da escola e a vida real dos sujeitos que a ela pertencem. Dentre as contribuições desse tipo de pesquisa em Educação, os autores afirmam que essa abordagem assume uma postura investigativa mais

flexível para adequar-se ao contexto, compreende e interpreta os problemas da sala de aula, inclusive os relacionados ao fracasso escolar, como também retoma o foco da pesquisa do ponto de vista dos atores da escola em prol de uma consciência que desencadeia na subjetividade.

A pesquisa bibliográfica corresponde ao levantamento de textos, estudos e teorias já publicadas para direcionar a base teórica da pesquisa. Severino (2007) atribui a este tipo de pesquisa uma importância para a elaboração de registros, conforme ele:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

No primeiro momento, foi realizada uma análise documental em livros, artigos, trabalhos e pesquisas que tenham como temática a inclusão escolar dentro da perspectiva da Educação Especial e Inclusiva no contexto da subjetividade e das dimensões subjetivas do ser humano. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 14), a pesquisa documental, “[...] bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos”. Além disso, buscamos artigos dos últimos dez anos, com títulos que se aproximaram da temática abordada para fazer uma sondagem a respeito do que já temos publicado na literatura.

Nessa busca pelos artigos que tratam sobre a Educação Especial na dimensão subjetiva, encontramos a partir da análise dos temas e resumos, 5 trabalhos que atendiam ao interesse desta pesquisa com uma abordagem voltada para os aspectos da subjetividade em estudantes com deficiências no sentido dessa dimensão subjetiva do educando para agregar em práticas pedagógicas individualizadas partindo das suas respectivas necessidades, conforme descrito no fluxograma abaixo:

Levantamento de estudos sobre a Educação especial na perspectiva da dimensão subjetiva



Fonte: Autoras

De acordo com o fluxograma acima apresentado, é possível interpretar que muitos estudos são encontrados, tratando-se da subjetividade no sentido amplo e em múltiplos olhares e contextos, perpassando das relações educacionais. Quando partimos para a busca de estudos que tratam da subjetividade com ênfase nos sujeitos público-alvo da educação especial e na subjetividade destes, analisamos que essa categoria está relacionada com maior enfoque na deficiência do sujeito, na avaliação psicológica e a uma visão clínica centrada na deficiência e não no desenvolvimento integral do indivíduo como um todo, centrado na pessoa, independente das limitações de natureza física, cognitiva ou social. Esses estudos encontrados, trazem discussões, termos e apontamentos ainda restritos a visão médica, deixando uma ausência e lacunas para uma discussão mais ampla a respeito da subjetividade dos indivíduos com deficiências ou transtornos do desenvolvimento em uma perspectiva pedagógica para viabilizar as práticas, planejamento e currículo escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa conta, em seu escopo teórico, com a contribuição de autores/as, pesquisadores/as e marcos normativos como: Vygotsky, González (2003, 2017), Lustona e Mendes (2020), Molon (2003), LDB 9394/96, Íntegra da minuta da Política de Educação Especial (MEC-SECADI, 2018), entre outros que

vêm contribuindo para as discussões de temáticas educação especial, subjetividade, dimensões subjetivas.

Começamos discutindo e apresentando o conceito de subjetividade, que será de grande importância para esta pesquisa. Scoz (2008, apud GONZÁLEZ REY, 2003, p. 263), entende que a subjetividade é algo que vai sendo construída no decorrer das situações e experiências de vida, afirmando que:

esse sentido de reconhecimento que o sujeito experimenta ocorre no curso irregular e contraditório de suas próprias ações. Assim, para ele, a subjetividade não é algo ordenado e definido de uma vez por todas, mas se expressa na confluência de uma série de sentidos que podem aparecer de variadas formas, dependendo do contexto de sua expressão. (SCOZ. 2008 apud GONZÁLEZ REY, 2003, p. 263)

Dentro da proposta e abordagem de um ensino inclusivo, a subjetividade é uma categoria base para promover aos educandos possibilidades de aprender, explorar e vivenciar desafios da aprendizagem sem anular suas capacidades físicas, motoras, cognitivas, biológicas e culturais. Entender as dimensões subjetivas dos indivíduos, significa valorizar a complexidade das relações humanas, interações sociais e a neurodiversidade.⁴

No século XIX o conceito de subjetividade na psicologia estava relacionado às experiências íntimas, pessoais e individuais. Vygotsky abriu novos caminhos para a compreensão da dimensão subjetiva como um processo que não desvincula o homem da sua cultura e história. Conforme explica e compreende Molon (2003) a partir dos estudos de Vygotsky: “Os processos psicológicos, as relações exteriores e os organismos conectam-se através de significados configurando motivos que são estados portadores de um valor emocional, desencadeadores de ação e pensamento.”

A Educação Especial e Inclusiva, trata-se de uma área transversal, requer um olhar individualizado e diferenciado para atender as demandas, processos simbólicos e emoções que integram o processo de aprendizagem na sua perspectiva integral. González (2017 apud LUSTONA E MENDES, 2020) denomina como *configurações subjetivas* os sentidos vividos no passado e no presente, segundo os autores estas configurações caracterizadas pelos comportamentos

4 Neurodiversidade pode ser compreendida como as variações naturais no cérebro humano e pode estar relacionada a aprendizagem, sociabilidade e outras interações.

e ações, não estão reduzidos a uma única causa ou experiência, mas resulta em momentos diversos que partem das ações no contexto social para além das experiências objetivas.

Vigotski (2000, apud BAGAROLLO E PANHOCA, 2010), discorrem sobre a constituição das funções humanas, atribuindo os aspectos de natureza física e orgânica como bases cruciais na constituição do ser, segundo eles:

O desenvolvimento humano é o resultado da transformação das funções elementares, de origem orgânica, em funções mentais superiores, de origem social, sendo o sujeito o produto das relações sociais vivenciadas. Então, o processo de formação social do homem é possível pela mediação dos outros e dos instrumentos da cultura imprescindivelmente permeados pelas significações e internalizados pelos sujeitos (VIGOTSKI, 2000).

Ao atribuir à mediação dos signos condição primordial para constituição das funções humanas, Vigotski (2000) destaca esta função como principal no desenvolvimento do homem, já que, para este autor, ela media relações interpessoais e, posteriormente, intrapessoais, acreditando que não há funcionamento humano fora do domínio da linguagem. (VIGOTSKI, 2000 apud BAGAROLLO E PANHOCA, 2010.)

Segundo a LDB – lei 9394/96, no capítulo V “da educação especial”, é assegurado ao indivíduo com deficiência um Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino regular, em apoio e em virtude das condições específicas de cada educando, ou seja, atendendo as configurações desta lei, pressupõe à escola como um espaço acolhedor que se adequa às diferentes necessidades do seu público.

Com as mudanças, ampliação, debates e atualizações em torno das políticas públicas, especificamente no panorama e valorização da educação especial e inclusiva dentro da proposta de ensino regular, torna-se necessário resgatar a percepção da educação em sua perspectiva integral, ou seja, em uma visão holística que integra as capacidades cognitivas e emocionais dos educandos, a fim de atender à diversidade e superar os obstáculos e barreiras que integram o trajeto para alcançar a inclusão.

Com o aumento da oferta e demanda de vagas na Educação Especial e Inclusiva nas escolas de rede pública no contexto nacional, é imprescindível traçar metas, objetivos, novos métodos e práticas que repensem e redirecionem o modelo tradicional e inflexível que permeia em muitas escolas ainda no

atual contexto. A íntegra da minuta da Política Nacional de Educação Especial (SECADI - MEC, 2018) apresenta dados obtidos pelo censo escolar entre 1998-2017, através da pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais que explica que:

O número de matrículas na Educação Especial apresentou aumento de 216% entre 1998 a 2017, ou seja, esse quantitativo cresceu de 337 mil em 1998 para mais de 1 milhão em 2017. a evolução no número de matrículas em Escolas regulares/Classes Comuns de 44 mil em 1998 para 897 mil no último ano da série, representando aumento de 1.942% no período e, por outro lado, queda de 42% no número de matrículas em Escolas Especializadas/Classes Especiais, que totalizavam 293 mil em 1998 e chegaram a 170 mil em 2017. (SECADI-MEC, 2018.)

Mesmo com políticas de ações afirmativas democratizando o acesso ao ensino inclusivo dentro do ambiente de aprendizagem em sala de aula regular, através desses dados é importante refletir, problematizar e avaliar quais condições de ensino-aprendizagem são ofertadas para que os educandos público-alvo da educação especial e inclusiva se insiram nesse contexto, para vivenciar práticas e adquirir conhecimentos por meio de ações acolhedoras que levem em consideração as dimensões subjetivas. Uma vez que, pesquisas também apontam para as expressivas proporções da taxa de abandono escolar por estudantes com NEE's, que são superiores aos demais estudantes, conforme divulga dados da SECADI-MEC, 2018, 2,7% dos estudantes da educação especial deixaram de frequentar a escola nos anos iniciais, enquanto 0,9% dos estudantes da Educação Básica abandonaram a escola nessa etapa de ensino.

Tornar a dimensão subjetiva dos indivíduos como um componente que faz parte e está contido na aprendizagem, engloba revelar medidas, práticas e modelos de currículo e didática que resgatem as necessidades físicas, emocionais, sociais e biológicas dos estudantes, sem desprender-lhes do seu contexto de vida ou sem prioritariamente medir sua capacidade cognitiva, atribuindo-lhes notas ou padrões quantitativos para se encaixar em determinada função social. Mais que isso, formar um educando com necessidades especiais, significa repensar na concepção e estruturar as práticas de ensino individualizadas que temos como referências partindo das necessidades micro (sujeito) para o macro (expectativas sociais).

De acordo com a resolução CEB/CNE nº4/2009 o AEE, dentro de uma proposta de currículo adaptado e individualizado para os atendimentos de

pessoas com necessidades específicas, no artigo 9 desta resolução, fica determinado que:

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (BRASIL, MEC, 2009)

O acesso e permanência dos sujeitos com deficiências ou transtornos do desenvolvimento do ensino básico, a partir desta resolução, fica evidente que as adaptações curriculares no contexto da inclusão escolar, não podem ser desvinculadas da realidade, das necessidades e subjetividades desses educandos. Contudo, é importante salientar que apesar das políticas públicas estruturarem e traçar objetivos para a organização do currículo e das práticas a fim de aprimorar e atender as demandas da inclusão, que muitas são as barreiras de natureza física, estrutural das escolas e na formação docente para efetivar tais adaptações metodológicas.

Conforme aponta os dados do Censo escolar de 2017, que foi divulgado na A íntegra da minuta da Política Nacional de Educação Especial (SECADI - MEC, 2018), um dos desafios da garantia do aprendizado ao longo da vida para pessoas com deficiências ou transtornos do desenvolvimento, consiste na falta de preparação dos profissionais:

[...]do total de docentes que atuam na Educação Básica, apenas 5,4% possuem cursos destinados à formação continuada em Educação Especial. E, dos docentes que atuam em turmas de AEE, apenas 43,5% possuem algum curso ou desenvolveram algum programa orientado para a formação específica em Educação Especial. (SECADI-MEC, 2018)

Assim, é possível afirmar que a inclusão no contexto escolar e social é uma demanda que vem sendo repercutida majoritariamente nas últimas três décadas, sobretudo, a partir da Declaração universal de Salamanca em 1994. Por ser uma área que tomou uma dimensão ampliada recentemente, é importante refletir que as adaptações do ensino, currículo e planejamento estão intrinsecamente contextualizadas no preparo docente, Projeto Político Pedagógico e garantias das políticas Públicas.

Em relação a formação e preparo docente para lidar com os desafios e demandas da inclusão escolar, Jonassen (2007 apud SILVA, 2015, p.693) compreende que:

Tais habilidades formativas precisam desencadear no docente a preocupação em pensar o seu exercício profissional no sentido de refletir/planejar suas aulas priorizando o trato com as informações disponíveis para transformá-las em conhecimento. Tal exercício formativo precisa ser construído/experimentado de forma a subsidiá-los a realizar escolhas metodológicas que os possibilitem a utilização de experiências significativas e reais para exercitar em suas atividades cotidianas de ensino e aprendizagem. (JONASSEN 2007 apud SILVA (2015, p.693)

A educação tem um papel fundamental na organização social, ela sofre e exerce influências da sociedade. Considerando essas transformações e suas implicações para o contexto educacional, podemos afirmar que os desafios para educação especial e inclusiva se dão sob diferentes aspectos e pontos de vista, seja organizacional, como também estrutural e social.

Dados de estudos do Observatório Brasileiro de Educação do Instituto Unibanco, apontam que as barreiras para a educação especial e inclusiva se constituem a nível arquitetônico, como: falta de rampas e corrimão, portas estreitas, pisos desnivelados, entre outras; barreiras atitudinais que estão relacionadas a discriminação, julgamentos de considerar indivíduos com PCD ou com NEE's como sujeitos incapazes de aprender ou de se desenvolver com independência.

Outros desafios de ordem estrutural dentro do sistema educacional também constituem como barreiras para a educação especial e inclusiva, são eles: a não estruturação de um currículo adaptado em articulação dos conteúdos da sala de aula regular com a SRM, a falta e/ou escassez recursos e de instrumentos didáticos adaptados para este público, a necessidade de reciclagem e formação continuada dos professores para melhor atender as demandas da inclusão.

Conforme afirma Piccolo e Mendes (2013), durante muitas décadas permeou a lógica de interpretar a deficiência do ponto de vista da lesão, apagando a historicidade desses sujeitos seguindo uma visão biológica. Para superar essa concepção de associar a deficiência a uma situação trágica, é necessário a formulação de um entendimento sociológico e de um modelo social, entendendo que as dificuldades de incluir são de ordens e fatores sociais, não é a condição física ou biológica que impossibilita a participação social de uma pessoa com

deficiência, e sim, as barreiras impostas pela sociedade de segregação, exclusão e falta de acessibilidade.

Diante dos estudos, textos e dados levantados e investigados no decorrer desta pesquisa, é possível interpretar e compreender que nas últimas décadas muitas reflexões e ponderações que foram publicadas e construídas na área da inclusão escolar, dentre elas um grande número empreenderam esforços para compreender os principais desafios vivenciados pelos professores na educação especial e inclusiva ao que diz respeito a formação destes, bem como as práticas pedagógicas adotadas para atuar dentro desse cenário.

Verificamos também que desses estudos, um número relevante traçou um panorama em busca de compreender sobre o perfil do aluno com necessidades educacionais específicas, deficiências ou transtornos do desenvolvimento. Embora esses dados sejam cada vez mais explícitos na literatura, é importante salientar que muitos dos desafios e problemáticas da inclusão escolar no que diz respeito às práticas, currículo e adaptações se constituem por serem dotados de uma visão e influência do ponto de vista da compreensão da deficiência por uma configuração social, bem como práticas tradicionais de ensino que ainda não romperam com o paradigma de uma visão segregativa.

Portanto, pensar a questão da dimensão subjetiva dos estudantes com necessidades específicas no ensino regular e as possíveis adaptações metodológicas contemplando as reais necessidades, é entender as diferenças que existem quando se trata de sujeitos com limitações de natureza física, motora ou intelectual, mas, que não podem nem devem ser rotuladas como obstáculos para evadir o processo educativo. Para além disso, pensar em um modelo de ensino inclusivo e eficiente, significa refletir as lacunas existentes e buscar superá-las através de investimentos, incentivos políticos, formação e preparo docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões, resultados e apontamentos apresentados no decorrer desta pesquisa, foi possível identificar e refletir o quanto o histórico da Educação Especial e Inclusiva e suas concepções e desdobramentos desde o viés político até as questões que surgem no dia a dia da escola do ponto de vista da prática pedagógica, por anos foram problematizados e compreendidos do ponto de vista clínico-médico. O ensino tradicional, moldado por um currículo padronizado e rígido, inviabilizou um olhar mais amplo sobre o sujeito com

deficiência, enfatizando a deficiência e as limitações desses indivíduos e colocando-as muitas vezes como centro do processo educativo.

Assim, é possível identificar que nesta configuração de escola e ensino, muitos estudantes com deficiências ou transtornos do desenvolvimento não são incluídos como parte do processo educativo, a inclusão nesse caso, se constitui pelo fato dessas pessoas serem inseridas em um mesmo ambiente que é o espaço comum da sala de aula regular, porém, observa-se uma incoerência curricular quanto aos conteúdos e adaptações oferecidas para esse público.

Dessa forma, é importante acreditar enquanto educadores e profissionais da educação nas possíveis transformações que a educação especial e inclusiva pode oferecer na vida daqueles sujeitos que são atendidos através desta modalidade de ensino. Uma sociedade inclusiva é uma sociedade mais justa e acolhedora, somos sujeitos diferentes e dotados de interseccionalidades em vários aspectos e nossas diferenças nos fazem únicos e capazes de lutar por nossos direitos, valores e um convívio social mais democrático.

REFERÊNCIAS

BAGAROLLO, Maria Fernanda; PANHOCA, Ivone. A constituição da subjetividade de adolescentes autistas: um olhar para as histórias de vida.

Rev. bras. educ. espec. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/DHMpdhgLqyhMZR9PzKYNwQF/?lang=pt#ModalTutors>> Acesso: 20 set. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso: 11 set. 2023.

GATTI, Bernadete; ANDRÊ, Marli. **A relevância dos métodos em pesquisa qualitativa no Brasil**. WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: Teoria e prática**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

_____. **Íntegra da minuta PNEE**: Política Nacional de educação especial. SECADI-MEC, 2018. Disponível em: <<https://pnee.mec.gov.br/integra>> Acesso: 18 set. 2023.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso: 11 set. 2023.

_____. MEC. **Portaria nº555/2007**: Política Nacional na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso: 11 set. 2023.

_____. **Resolução nº4 de 2009**: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial. Brasília: MEC, 2009. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso: 19 set. 2023.

DOS SANTOS PESSOA, Patricia (2015). **A subjetividade a partir de Vygotsky**: uma aproximação com a linguagem. Disponível em: < <https://www.aacademica.org/000-015/434.pdf>> Acesso: 11 set. 2023.

FONTES, Baruc Correia. A entrevista biográfica na Sociologia. **Revista sociais & humanas - vol. 32**, nº 3 ,2019, p.83-97. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/86363689/pdf-libre.pdf?1653325049=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DNarrativas_e_pesquisa_biografica_na_soci.pdf&Expires=1695672442&Signature=YKf4KKbFG3rEB9VT6AOx_Ea6sph1Zg47BcRD6QOReuBe01GSBDJux~UCe71xK6m6mZeOk5OE9Hnld3bleQTpw7nVNEJyV7v-hmO~0E-pwyFaVayveRGMFCCL79egj~MXpeVb4eXF4QS5i5p2ZlvKt-flST179HMy42l5Gze9MnlmS~89outAagRn-N9pwK5lUcmluUfhLQJfA682AxQJH8CiF-2ge8fgdTFDUDvRqRpVbQaGtDe1PFWsXCygFmUBmWXjtywupBiQ6TGyGe45odoAVrLBWdfiyDXcPWY7CO9cNg~ZBwmllRae09f194Vf5zfwFmjfo1PPoHN1a0qmk5hVg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRB-V4ZA> Acesso: 25 de set. de 2023.

GODOY, Arilda Schimdt. PESQUISA QUALITATIVA TIPOS FUNDAMENTAIS. São Paulo: **Revista de administração de empresas, v.35, n.3, p.20-29**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>> Acesso: 20 de set. 2023.

LUSTOSA, A.V.M.F; MENDES, E.G. A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA SUBJETIVIDADE. **Revista ECCOS**. Disponível em: < <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/8758/8455>> Acesso: 14 set. 2023

MACHADO, A. M.; ALMEIDA, I. & SARAIVA, L. F. O. (2009). **Rupturas necessárias para uma prática Inclusiva**. In *Educação Inclusiva: experiências profissionais em psicologia* (pp. 21-36). Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Disponível em:

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/12/livro_educacaoinclusiva.pdf
Acesso: 11 set. 2023.

MOLON, Susana Inês. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Editora: Vozes, Petrópolis, RJ.2003. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=RY9ODgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1928&dq=subjetividade+em+vygotsky&ots=S_TnQ8ShYE&sig=gQFNED8wMtGZO7OJOfbLJ6tCf7w#v=onepage&q=su+bjetividade%20em%20vygotsky&f=false > Acesso: 18 set. 2023.

MORÊ, Carmen L.O.O. **A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde**. Revista: Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, v.3 (p.126-131). Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/158/154>> Acesso: 25 de set. 2023.

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Contribuições a um pensar sociológico da Deficiência. Revisão & Síntese** • Educ. Soc. 34 (123) • Jun 2013. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/es/a/qGCqpQ4xNn3fkNQ48DZr-xZj/abstract/?lang=pt> > Acesso: 4 de abril de 2024

SÃ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>> Acesso: 25 de set. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf> Acesso: 20 set. 2023.

SILVA, Lázara Cristina da. **FORMAÇÃO DOS PROFESSORES**: desafios à educação inclusiva. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.10, p.691 a 701, n. esp. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7920/5427>> Acesso: 19 de set. 2023.

SCOZ, Beatriz Judith Lima. **Subjetividade de professoras/es: sentidos do aprender e do ensinar**. Revista: Psicol. educ. n.26 São Paulo jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000100002#:~:text=Ela%20permeia%20o%20modo%20>

de, suas formas de atuação profissional. Acesso: 13 set. 2023

UNIBANCO, Instituto. **Observatório da Educação:** Ensino médio e gestão – Educação inclusiva: Um direito inegociável. SP/RJ. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimedia/detalhe/educacao-inclusiva-um-direito-inegociavel?gclid=Cj0KCQjw4s-kBhDqARIsAN-ipH0UOIjnHWUimPW2nu-l1e-GxVwax8c0Mbek0bQVINZB4YHR0ztjgk-saAtGPEALw_wcB> Acesso: 16 de Maio de 2024.